

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.807.873 - RJ (2019/0097146-9)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADOS : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852
LUCIANA MARQUES TOSTO - RJ109395
LEONARDO BRUNO BRIZZANTE CUPELLO E OUTRO(S) - RJ100439
LUANNA BARONE GIGLIO CORDEIRO - RJ174799
RECORRIDO : MARIANA DE OLIVEIRA TARCITANO - INTERDITO
REPR. POR : FRANCISCO TARCITANO NETO - CURADOR
ADVOGADO : JAIR OTONIEL DA FONSECA - RJ029689

EMENTA

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ÁGUA E ESGOTO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA INTEGRAL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA 1.339.313/RJ. RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJRJ, assim ementado (fl. 527):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E C/C REPETIÇÃO E INDENIZATÓRIA. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO. Decisão monocrática reformou parcialmente a sentença para autorizar a cobrança de 50% da tarifa de esgoto, ante a prestação parcial do serviço, e para julgar improcedentes os pedidos de devolução de valores e compensação por danos morais.

RECURSO DE AGRAVO INTERNO. (Artigo 1.021 do Código de Processo Civil).

A Concessionária se insurge insistindo na legalidade da cobrança integral da tarifa de esgoto, a despeito de que apenas parte das fases de tratamento é efetuada. A jurisprudência majoritária das Egrégias Câmaras Cíveis Especializadas, fundada no voto vencido do Recurso Especial n. 1.339.313/RJ, é no sentido de ser lícita a cobrança de 50% pelo serviço parcialmente prestado.

DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Embargos de declaração rejeitados.

Em incidente de juízo de retratação, vislumbrando aparente divergência entre o que ficou assentado na tese firmada pelo STJ em sede do recurso repetitivo n. 1.339/313/RJ, o acórdão foi mantido.

A parte recorrente alega violação dos artigos 489, §1º, IV e 1.022, II, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou sobre pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, principalmente "quanto aos art. 9º do Decreto 7.217/2010, que deve ser interpretado em conjunto com o art. 3º da Lei 11.445/2007, os quais preveem que a prestação do serviço de esgotamento é configurada com a prestação de AO MENOS UM dos serviços ali descritos (coleta, transporte, tratamento e destinação

final), uma vez que fixou-se no acórdão que no caso concreto o serviço de coleta e transporte são fixados" (fls. 584).

Quanto à questão de fundo, sustenta ofensa aos artigos 3º da Lei n. 11.445/2007; 9º do Decreto n. 7.217/2010; 206, §3º, IV, do Código Civil; e em total ofensa ao entendimento jurisprudencial pacificado nesta Corte Superior quando do julgamento REsp n. 1.339.313/RJ. Defende, em síntese, que é considerado serviço público de esgotamento sanitário quando existente quaisquer das etapas de tratamento (no caso dos autos há prestação do serviço nas fases de coleta e transporte por intermédio das galerias de águas pluviais, que posteriormente são coletados e transportados a seu destino final), sendo devida a sua contraprestação de forma integral, o que obsta qualquer devolução de valores.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 519.

É o relatório. Passo a decidir.

Por primeiro, afasta-se a alegada ofensa aos artigos 489, §1º, IV e 1.022, II, do CPC/2015, pois a Corte de origem prestou a tutela jurisdicional por meio de fundamentação jurídica que condiz com a resolução do conflito de interesses apresentado pelas partes, havendo pertinência entre os fundamentos e a conclusão do que decidido. A aplicação do direito ao caso, ainda que através de solução jurídica diversa da pretendida por um dos litigantes, não induz negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Verifica-se que o acórdão recorrido encontra-se em dissonância com o entendimento proferido por este Superior Tribunal de Justiça, que analisou a questão sob a sistemática do artigo 543-C do CPC, nos autos do Recurso especial 1.339.313/RJ, de minha relatoria, firmando **a posição no sentido de que a legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades.**

O referido julgado possui a seguinte ementa:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS. INEXISTÊNCIA DE REDE DE TRATAMENTO. TARIFA. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA.

1. Não há violação do artigo 535 do CPC quando a Corte de origem emprega fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia.

2. À luz do disposto no art. 3º da Lei 11.445/2007 e no art. 9º do Decreto regulamentador 7.217/2010, justifica-se a cobrança da tarifa de esgoto quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue.

3. Tal cobrança não é afastada pelo fato de serem utilizadas as galerias de águas pluviais para a prestação do serviço, uma vez que a concessionária não só realiza a manutenção e desobstrução das ligações de esgoto que são conectadas no sistema público de esgotamento, como também trata o lodo nele gerado.

4. O tratamento final de efluentes é uma etapa posterior e complementar, de natureza sócio-ambiental, travada entre a concessionária e o Poder Público.

Superior Tribunal de Justiça

5. A legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades. Precedentes: REsp 1.330.195/RJ, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 04.02.2013; REsp 1.313.680/RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 29.06.2012; e REsp 431121/SP, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 07/10/2002.

6. Diante do reconhecimento da legalidade da cobrança, não há o que se falar em devolução de valores pagos indevidamente, restando, portanto, prejudicada a questão atinente ao prazo prescricional aplicável as ações de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto.

7. Recurso especial provido, para reconhecer a legalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário. Processo submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

Desse modo, sendo legítima a cobrança, não há falar em devolução dos valores pagos a título de tarifa de esgoto.

Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial** para reconhecer a legalidade da cobrança integral da tarifa de esgotamento sanitário.

Inversão dos ônus sucumbenciais.

Publique-se. Intime-se.

Brasília-DF, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator